

Planejamento Estratégico do CNJ – 2021 / 2026

Relatório de Acompanhamento da Estratégia

Secretaria de Estratégia e Projetos
Departamento de Gestão Estratégica



Presidente: Ministro Luís Roberto Barroso

Coorregedor Nacional de Justiça: Ministro Mauro Campbell Marques

Conselheiros: Ministro Guilherme Caputo Bastos

José Rotondano

Mônica Nobre

Alexandre Teixeira

Renata Gil

Daniela Madeira

Guilherme Guimarães Feliciano

Pablo Coutinho Barreto

João Paulo Santos Schoucair

Daiane Nogueira de Lira

Luiz Fernando Bandeira

Secretária-Geral: Adriana Alves dos Santos Cruz

Secretário de Estratégica e Projetos: Gabriel da Silveira Matos

Diretor-Geral: Johaness Eck



Secretaria de Estratégia e Projetos

Secretário: Gabriel da Silveira Matos

Departamento de Gestão Estratégica

Diretora: Fabiana Andrade Gomes e Silva

Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ: Adilson Medeiros da Silva

Chefe da Seção de Planejamento Institucional: Neuma Christina Lopes Nunes

Setembro 2024

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

Relatório de Acompanhamento da Estratégia

Este relatório tem por finalidade apresentar análise dos resultados dos indicadores de desempenho, metas e projetos institucionais das unidades do CNJ atualizados até **31 de agosto de 2024**.

Os resultados individualizados e detalhados dos indicadores, projetos e objetivos estratégicos estão disponíveis no painel de acompanhamento da estratégia, acessíveis pelos links:

- 1) Intranet: https://www.cnj.jus.br/intranet/areas_institucionais/areas-institucionais/planejamento-gestao-estrategica/planejamento-estrategico-2021-2026/
- 2) Portal: <https://www.cnj.jus.br/gestao-estrategica-e-planejamento/planejamento-estrategico-do-cnj-2021-2026/>

Neste documento, além da análise dos resultados, somente serão apresentadas as notas relevantes para possibilitar melhor entendimento acerca dos indicadores e dos projetos institucionais.

Sumário

Análise do desempenho da estratégia do CNJ	5
1. Método de apuração dos resultados	5
2. Resultados dos Objetivos Estratégicos	7
3. Resultado consolidado dos Indicadores de Desempenho	8
4. Resultado consolidado dos Projetos Institucionais	9
5. Considerações sobre os resultados	10
ANEXO I	12
Informações adicionais sobre os indicadores	12
ANEXO II	17
Relação entre Objetivos Estratégicos e Projetos Institucionais	17

Análise do desempenho da estratégia do CNJ

A sistemática de acompanhamento da Estratégia prevê que, além das RAEs (Reuniões de Análise da Estratégia) realizadas quadrimestralmente, serão realizadas medições bimestrais para acompanhamento dos resultados.

1. Método de apuração dos resultados

a. Faróis dos objetivos (método de apuração)

Critérios de desempenho dos objetivos		
Pontuação de indicadores e projetos	Média dos pontos	
	Resultado	Cor
 3 pontos	2,51 a 3,00	
 3 pontos (só para projetos)		
 2 pontos	1,51 a 2,50	
 1 ponto	0 a 1,50	
 0 ponto	Não mensurado	
 Não contabiliza (só para indicadores)	Fora de medição	

b. Faróis dos indicadores (método de apuração)

Critérios de desempenho dos indicadores	
	Maior ou igual a 90% de alcance da meta
	Entre 60% e 89% de alcance da meta
	Menor que 60% de alcance da meta
	Fora do período de mensuração
	Não mensurado

c. Faróis dos projetos institucionais (método de apuração)

Essas medidas foram alteradas em 2024 pelo Escritório Corporativo de Projetos Institucionais-ECP e adotado no Planejamento Estratégico Institucional para manter a compatibilidade entre as duas áreas.

Critérios de desempenho dos projetos institucionais	
Concluído	
Desempenho (realizado/expectativa) maior ou igual a 95%	
Desempenho (realizado/expectativa) maior ou igual a 85% e menor que 95%	
Desempenho (realizado/expectativa) menor que 85% ou data de término anterior à data de avaliação	

2. Resultados dos Objetivos Estratégicos

MAPA ESTRATÉGICO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

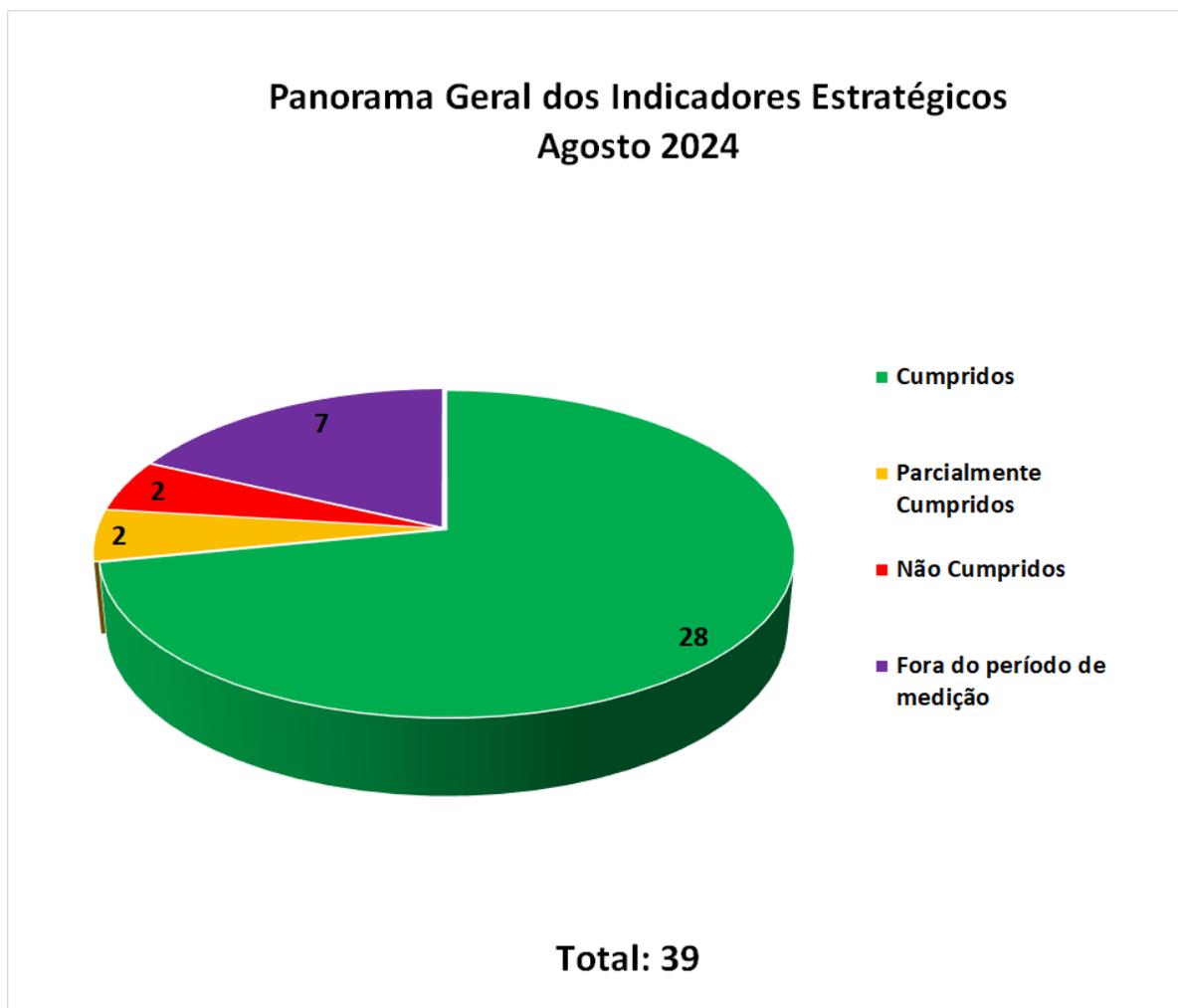
2021 —
— 2026



Legenda:

	Atingido
	Parcialmente Atingido
	Fora do período de mensuração

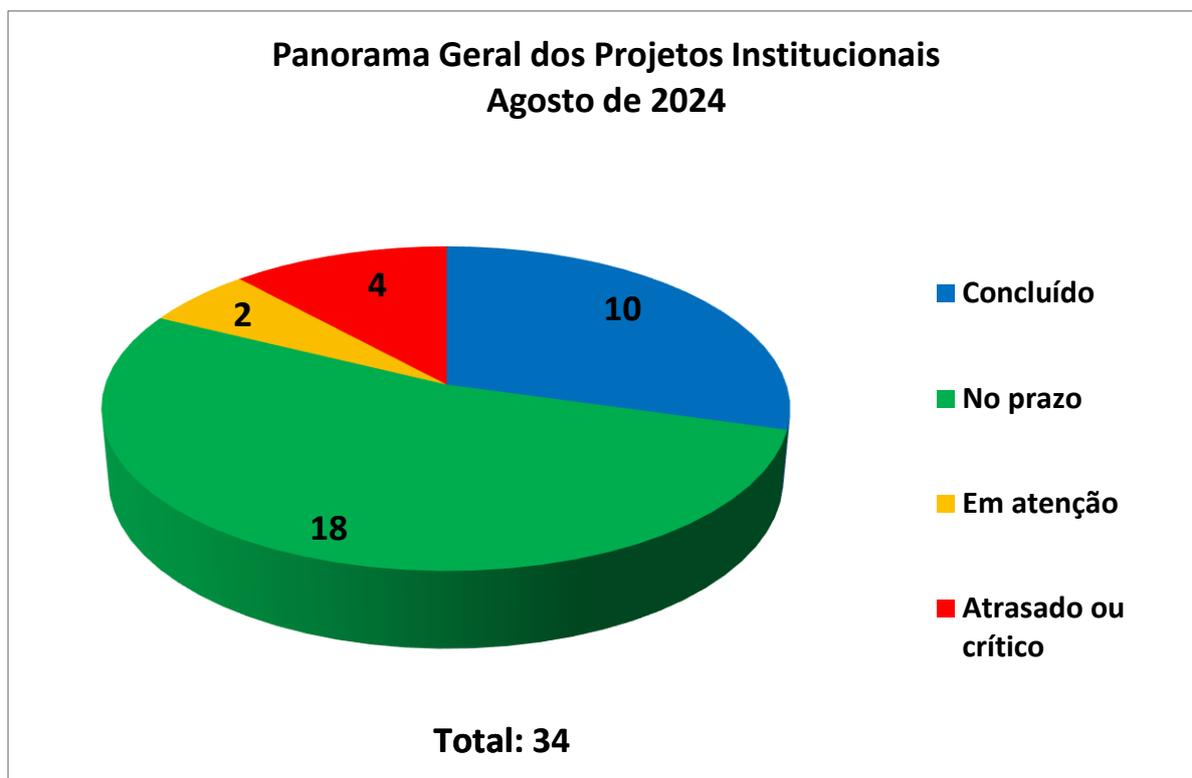
3. Resultado consolidado dos Indicadores de Desempenho



Dos 39 indicadores constantes do Plano Estratégico do Conselho Nacional 2021-2026, 28 foram cumpridos (71,8%), 2 parcialmente cumpridos (5,1%), 2 não cumpridos (5,1%) e 7 estão fora do período de medição (17,9%).

A quantidade de indicadores está menor do que nos anos anteriores porque a Secretaria de Comunicação Social apresentou uma proposta de aprimoramento de seus indicadores que aglutina os indicadores 28 (Alcance nas Redes Sociais) e 29 (Alcance e Engajamento no Portal do CNJ) em um único indicador mais abrangente.

4. Resultado consolidado dos Projetos Institucionais



Observa-se no período: 10 projetos concluídos (29,4%), 18 no prazo (52,9%), 2 em atenção (5,9%) e 4 atrasados ou críticos (11,8%).

5. Considerações sobre os resultados

5.1 Dos objetivos Estratégicos e indicadores

Dos 18 objetivos estratégicos constantes no plano, 13 estão com indicativo de desempenho atingido, 4 parcialmente atingidos e 1 fora do período de medição.

Os objetivos estratégicos são desdobrados em indicadores de desempenho e em projetos institucionais e essa relação é apresentada no painel da estratégia constante no link: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=e1fe48d9-702b-4214-ae1c-a87529c8effc&sheet=f8ff5792-99ee-4608-9eb9-cc3e3e409d9e&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel>

Alguns indicadores ainda não foram mensurados por estarem fora do período de medição. São eles:

1. Indicador 16: Índice de satisfação dos usuários de TIC;
2. Indicador 17: Evolução do Perfil de Governança de TI – iGovTIC-JUD;
3. Indicador 19: Satisfação dos usuários com a estrutura física do CNJ;
4. Indicador 20: Satisfação dos usuários com os serviços internos prestados no âmbito da Secretaria de Administração;
5. Indicador 24: Índice de adesão às ações coordenadas de Auditoria;
6. Indicador 25: Índice de qualidade dos resultados das ações coordenadas de auditoria;
7. Indicador 30: Índice de Satisfação com a Comunicação Interna;

Sobre o indicador 10, até o ano de 2023, foi medido como situacional, levando em conta as pesquisas efetivamente publicadas com divulgação de dados primários e em formato aberto face àquelas em que houve coleta primária de dados, excluídas as coletas de dados pessoais e sensíveis. Em 2024, nos monitoramentos de fevereiro e abril, os dados apresentados pela unidade levaram a uma medição cumulativa considerando a programação anual, situação revista na medição de junho pela própria unidade. Por isso, no histórico anual apresentado no painel, há diferença de análises nos meses de fevereiro e abril.

5.2. Dos projetos institucionais

Os projetos institucionais são monitorados pelo Escritório Corporativo de Projetos Institucionais-ECP que fornece as informações de evolução para o monitoramento da estratégia. É importante ressaltar que o quantitativo de projetos registrados pelo ECP não será necessariamente o mesmo apresentado nesta apuração pelas razões:

- i. Para o acompanhamento do desempenho da estratégia só são considerados os projetos que efetivamente tenham resultados apurados;

- ii. Há projetos que compõem indicadores e, nesse caso, eles são apurados dentro do indicador para evitar dupla contagem;
- iii. O ECP atualiza seus números sempre que um novo projeto é cadastrado e o planejamento faz leituras bimestrais.

Os projetos que compõem indicadores do planejamento estratégico são:

- Conciliação e Mediação na prática
- Implantação do SERP

Esses projetos são de responsabilidade da Corregedoria Nacional de Justiça e compõem o *indicador 13 - Índice de execução das ações de fomento à melhoria dos serviços extrajudiciais*.

O projeto *Serviços estruturantes da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br)* consta no planejamento como concluído neste período. Entretanto, segundo informações do ECP, foi finalizado em 2023, mas a informação foi repassada ao planejamento somente durante o levantamento das informações de fevereiro/2024.

ANEXO I

Informações adicionais sobre os indicadores

Neste item, são apresentadas informações relevantes para acompanhamento e entendimento de alguns indicadores que não são disponibilizadas no painel da estratégia.

- a) **Indicador 3:** Índice de execução das ações estratégicas da Diretoria-Geral

Unidade responsável: Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria-Geral

Ações para 2024
Elaboração de Políticas de Governança e Gestão das unidades da Diretoria-Geral
Elaboração e revisão de normativos com alto impacto institucional
Atualização do sistema de indicadores da Diretoria-Geral
Implementação do Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária - SIGEO
Planejamento da Contratação do Sistema de Gestão de Pessoas

- b) **Indicador 4:** Índice de realização de pesquisas

Unidade responsável: Departamento de Pesquisas Judiciárias

Planejamento de relatórios de pesquisas e painéis para 2024:
Relatório "A TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS QUE ENVOLVEM A PESSOA IDOSA NO BRASIL"
Relatório "CRIMES AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA LEGAL"
Relatório "Anuário Ambiental"
Relatório "Escuta Especializada e Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes"
Relatório "Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência no Poder Judiciário"
Relatório "Pessoas com transtorno mental em conflito com a lei no Brasil: itinerários jurídicos e portas de saída"
Relatório "Diagnóstico sobre a devolução de crianças e adolescentes em estágio de convivência e adotadas"
Relatório "Características do racismo estrutural reproduzido no sistema de justiça"
Relatório "Estudo sobre a redução do número de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de meio fechado no Brasil"
Relatório "Trajetórias no mundo do trabalho de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional: desafios e boas práticas na interface entre a garantia de Direitos Fundamentais e Justiça Criminal"
Relatório "Caminhos da tortura na justiça juvenil brasileira: o papel do poder judiciário"
Pesquisa "Uso de Inteligência Artificial Generativa" - Conselheiro Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Relatório Mês Nacional do Juri 2023
Relatório sobre Inovação no Poder Judiciário
Relatório Justiça em Números 2024
8º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário
Estrutura das unidades e dos serviços de saúde nos tribunais

A relação de pesquisas e painéis foi atualizada, pelo DPJ, na medição de junho/2024 e passou de 14 para 17

- c) **Indicador 10:** Índice de divulgação das informações primárias de pesquisa em formato aberto e não proprietário

Unidade responsável: Departamento de Pesquisas Judiciárias

Pesquisas a serem publicadas

Relatório “A TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS QUE ENVOLVEM A PESSOA IDOSA NO BRASIL”

Relatório “CRIMES AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA LEGAL”

Relatório Mês Nacional do Juri 2023

Relatório Justiça em Números 2024

8º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário

Esta relação foi atualizada na medição de junho, quando o DPJ alterou os dados da medição para pesquisas efetivamente publicadas e não planejadas.

- d) **Indicador 11:** Índice de implantação das iniciativas que aprimorem as inspeções e correições

Unidade responsável: Corregedoria Nacional de Justiça

Ações/projetos que compõem o indicador

- Inspeção Anual do funcionamento do Sistema SNA;
- Realizar inspeção na Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) de ao menos 20% dos tribunais de justiça programados para serem inspecionados em 2023;

- e) **Indicador 13:** Índice de execução das ações de fomento à melhoria dos serviços extrajudiciais

Unidade responsável: Corregedoria Nacional de Justiça

Ações/projetos que compõem o indicador

- Implantação do Sistema Eletrônico de Registros Públicos;
- Conciliação e Mediação na Prática;
- Banco de Precedentes da CONR.

- f) **Indicador 14:** Índice de Implementação das Iniciativas que Promovam os Direitos de Cidadania.

Unidade responsável: Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativa

Ações/projetos que compõem o indicador

- SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificado;
- Controle da porta de entrada do sistema penal;
- Fomento a trabalho e renda no sistema prisional e atenção às pessoas privadas de liberdade e egressas;
- Qualificação do Sistema Socioeducativo;
- Comitês de Políticas Penais.

- g) **Indicador 26:** Índice de melhorias implementadas em processos prioritários.

Unidade Responsável: Departamento de Gestão Estratégica

Ações previstas para 2024

Ações/Etapas
Macroprocesso: Realizar o controle orçamentário, financeiro e de pessoal do PJ
Elaboração de projeto e apresentação de proposta de tratamento dos dados no SIAFI-JUD
Macroprocesso: Acompanhar e fiscalizar o Sistema Carcerário e de Medidas Socioeducativas
Revisar Diagrama de Escopo e o fluxograma do macroprocesso Acompanhar e fiscalizar Sistema Carcerário e de Medidas Socioeducativas
Identificar nos processos já mapeados que atividades críticas para o cumprimento das responsabilidades indicadas para o DMF na ADPF 347 do STF e mapear o novo processo de trabalho
Analisar, melhorar e redesenhar os processos prioritários de fiscalização e governança do DMF
Mapear novos processos em razão na nova estrutura orgânica
Macroprocesso: Gerir Políticas Judiciárias
Criar e-mail institucional
Criar carta de serviços COPJ com os produtos disponibilizados ao CNJ
Criar espaço com informações sobre Coordenadoria de Governança de Políticas Judiciárias (COPJ) na Intranet, dentro da página da Presidência.
Criar formulário eletrônico de planejamento de políticas
Realizar alinhamento de planejamento e monitoramento de políticas judiciárias com os Assessores-Chefes de Conselheiros
Realizar capacitação em Políticas Judiciárias
Atualizar o Painel de Políticas Judiciárias Nacionais Programáticas
Elaborar Pareceres sobre os resultados das Políticas a cada troca de gestão.
Criação de um sistema de governança de PJNP.
Realizar 2 Reuniões de Acompanhamento de Políticas Judiciárias (RAP).
Macroprocesso: Expedir e Acompanhar o Cumprimento de Ato Normativo para o Judiciário
Revisão e mapeamento de processos de Acompanhamento do cumprimento de Resoluções
Melhorar o Serviço Nacional de Monitoramento de Conformidades do Atos Normativos do CNJ
Macroprocesso: Promover ações de cidadania
Implementar a política interna de acessibilidade, delineando diretrizes e procedimentos para assegurar a inclusão de todas as pessoas, garantindo assim um ambiente organizacional que promova a equidade e a participação de todos as pessoas.
Integração do Sistema de Recursos Humanos: Fomentar a integração completa do sistema de recursos humanos com as questões de acessibilidade, garantindo que as políticas de recrutamento, seleção, treinamento e desenvolvimento estejam alinhadas com as diretrizes de inclusão, proporcionando oportunidades igualitárias para todas as pessoas.
Minimizar as barreiras na comunicação, tanto internas quanto externas, tornando-as acessíveis a todos os públicos, utilizando formatos alternativos, como áudio, vídeo e texto legível, garantindo assim que a informação seja facilmente compreendida e acessível a todas as pessoas e partes interessadas.
Acompanhamento da implementação das recomendações da auditoria indicadas no Relatório de Auditoria em acessibilidade digital
Macroprocesso: Promover a comunicação institucional e a interlocução entre os órgãos do Poder Judiciário
Criar a estratégia de divulgação do Programa de Poder Judiciário na promoção de Direitos Humanos
Criar e implementar o "Manual de Serviços da Comunicação Social", destinado às unidades internas para orientar sobre como solicitar apoio estratégico de criação, divulgação e cobertura das atividades do CNJ.
Implementar infográficos para ilustrar Resoluções do CNJ com aplicação de linguagem simples
Reformulação da página inicial do portal do CNJ
Reformular Resolução de Comunicação do Poder Judiciário, com vistas a fortalecer a Comunicação Social nos Tribunais
Criar e implementar box explicativo para expressões jurídicas nas matérias produzidas para o site e em vídeos das sessões plenárias
Definir novos fluxos nas unidades que compõem a Secretaria de Comunicação Social
Criar e apoiar campanhas com foco no combate ao assédio contra a mulher, proteção à infância, entre outras prioritárias da gestão
Lançamento de rede de comunicação do Poder Judiciário
Ampliação de canais oficiais de comunicação interna com servidores e todos que atuam no CNJ
Fomentar matérias positivas na imprensa sobre a atuação do CNJ
Macroprocesso: Promover estudos e diagnósticos do PJ
Desenvolvimento de painéis de monitoramento do percentual de participação feminina e da participação de negros/as no judiciário, reduzindo a necessidade de produção de dados e relatórios pontuais;
Melhoria dos painéis temáticos do DataJud, com extração centralizada via DataMart que poderá proporcionar melhor organização dos processamentos e das datas de atualização;
Eliminação de coleta manual dos resultados da semana da Justiça pela paz em casa, com centralização dos dados via DataJud;
Promover atualizações do Sistema Nacional de Adoção
Macroprocesso: Gerir a Estratégia do PJ
Estudo, análise, planejamento e levantamento das ações de melhorias dos macroprocessos prioritários do CNJ
Revisar Cadeia de Valor, Cadeia de Valor Desdobrada, Modelo de Negócios e Diagrama de Escopo dos macroprocessos do CNJ
Revisar o processo de Disseminando Boas Práticas no Judiciário
Melhorar o Portal de Transparência do CNJ
Melhorar o monitoramento dos indicadores de desempenho dos macroprocessos com a elaboração POPs da sistemática de levantamento e monitoramento do indicador 26 de PE e do monitoramento dos indicadores dos macroprocessos e com a elaboração de relatórios bimestrais de monitoramento e estabelecimento de metas.
Redefinir layout do Portal de Processos, integrando macroprocessos e processos
Elaboração de painel interativo (dashboard) para acompanhamento da execução do PLS/CNJ
Macroprocesso: Coordenar ações de segurança do PJ com vistas à integração e cooperação mútua
Inserir o Protocolo de Interação: Polícia Judicial-Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA no Planejamento de Capacitação da Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário (ANSPJ)
Sugerir a criação de grupo de trabalho destinado à elaboração da doutrina técnico-normativa da Polícia Judicial do PJ
Criar a aba de informações do DSIPJ na internet e intranet
Propor a Reformulação da Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário (PNSPJ)
Propor a Reformulação do Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário (SINSPJ)
Identificar, revisar e mapear processos de trabalho decorrentes da alteração da estrutura orgânica e normativos
Coordenar a definição e a implantação do sistema informatizado de inteligência do PJ
Propor o Projeto Estratégico "Polícia Judicial Amiga dos Povos Originários"
Propor o Projeto Estratégico "Polícia Judicial Amiga das Pessoas em Situação de Rua"
Prover o aparelhamento da Academia Nacional de Segurança do PJ (ANSPJ)
Planejar a confecção da matriz curricular nacional e do projeto pedagógico nas matérias afetas à Segurança e Inteligência, no âmbito da Academia Nacional de Segurança do Poder Judiciário (ANSPJ)
Propor a modernização dos sistemas de segurança predial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
Macroprocesso: Gestão Administrativa e de aquisições/contratações
Revisar processos decorrentes da alteração da estrutura orgânica e normativos
Macroprocesso: Gestão de Pessoas
Revisar e mapear processos decorrentes da alteração na estrutura orgânica e de melhorias na estrutura de funcionamento da Secretaria
Implantar melhorias do processo de dimensionamento de pessoal

h) **Indicador 40:** Índice de Implementação das Iniciativas que Promovam a Política de Soluções Alternativas de Conflitos.

Meta 2021: Implementar 100% das ações que promovam a Política de Soluções Alternativas de Conflitos.

Unidade Responsável: Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos

Ações/projetos que compõem o indicador

- Prêmio Conciliar é Legal;
- Semana da Conciliação;
- Diagnóstico sobre a estrutura judiciária para política;
- Capacitação em mediação e Conciliação.

ANEXO II

Relação entre Objetivos Estratégicos e Projetos Institucionais

Neste anexo são listados os Projetos Institucionais e os objetivos estratégicos a que estão relacionados na medição corrente, observadas as ressalvas já feitas no item 5.2 do relatório. Informações mais detalhadas podem ser acessadas no painel da estratégica.

I - Desenvolver políticas judiciárias e outros instrumentos para o aperfeiçoamento das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e dos seus serviços auxiliares e dos serviços notariais e de registro, e dos demais órgãos correicionais
6ª edição da Série Justiça e pesquisa
Diagnóstico sobre a otimização dos processos de trabalho no Poder Judiciário em face da implementação das Políticas Tecnológicas do Programa Justiça 4.0
Repositório Anticorrupção e Tecnologia do Poder Judiciário
Mapa Nacional do Tribunal do Júri
II - Aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento de Políticas Judiciárias
SNMC – Serviço Nacional de Monitoramento de Conformidades dos Atos Normativos do CNJ
III - Fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário
Painel de Estatística - Justiça 4.0
DataLake
VII - Fomentar e fortalecer a atuação interinstitucional do CNJ para garantir os direitos dos cidadãos
Prevjud - Automação de Processos Previdenciários - Justiça 4.0
Demandas Complexas
Consulta Nacional de Pessoas (FAC Nacional)
Nacionalização SAREF - Sistema de Apresentação Remota por Reconhecimento Facial
SisPreq – Sistema de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor
Itinerância Cooperativa na Amazônia Legal - 1ª Edição de 2024 - Humaitá e Lábrea/AM
Gestão de Laudos Periciais
IX - Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital
SNIPER - Justiça 4.0
SNGB - Sistema Nacional de Gestão de Bens (antigo Novo SNBA)
DPVATJUD
SNA - Novo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento
Pesquisa IA 2023 - Mapeamento dos projetos de Inteligência Artificial em desenvolvimento pelos tribunais brasileiros
Mineração de projetos do PJE
PDPJ_BR Compliance
Serviços Estruturantes da Plataforma Digital do Poder Judiciário

Domicílio Judicial Eletrônico
XII - Promover práticas inovadoras de gestão e de incentivo ao trabalho colaborativo
PMO Jud - Redesenho dos processos do Escritório de Projetos do CNJ - Justiça 4.0
Plano Nacional de Inovação no Poder Judiciário
XIII - Estimular a desburocratização no Poder Judiciário
Execução Fiscal - Automação e Governança
Gabinete do Juízo
XIV - Impulsionar a implantação e a gestão das Políticas de Sustentabilidade e Acessibilidade
Sirenejud 2.0
Polícia Judicial Amiga dos Autistas
Propagar - Inclusão, Acessibilidade, Justiça e Cidadania
XVI - Aperfeiçoar políticas e práticas de gestão de pessoas
Aperfeiçoamento funcional em temáticas prioritárias para o CNJ e para Justiça Federal
Sensibilização e Formação em Integridade e Compliance no Poder Judiciário
Capacitação técnica para desenvolvedores nas tecnologias da PDPJ - BR
SINAPSES 5